



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000373083

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1002083-21.2016.8.26.0160, da Comarca de Descalvado, em que é apelante MUNICÍPIO DE DESCALVADO, é apelada P. C. A. A. CONSTRUÇÕES LTDA..

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 18ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores WANDERLEY JOSÉ FEDERIGHI (Presidente) E MARCELO L THEODÓSIO.

São Paulo, 15 de abril de 2025.

BOTTO MUSCARI
Relator
Assinatura Eletrônica

Apelação Cível:1002083-21.2016.8.26.0160

Apelante:Município de Descalvado

Apelada:P. C. A. A. Construções Ltda.

Comarca:Descalvado

Voto nº 13.144

EXECUÇÃO FISCAL. TEMA 1184 DA REPERCUSSÃO GERAL E RESOLUÇÃO N. 547/CNJ. PROCESSO QUE NÃO SE ENQUADRA NAS HIPÓTESES AUTORIZADORAS DE EXTINÇÃO. APELAÇÃO DO MUNICÍPIO EXEQUENTE PROVIDA.

Trata-se de apelação interposta pelo MUNICÍPIO DE DESCALVADO contra a r. sentença de fls. 85, que pôs termo à execução fiscal com lastro no art. 485, inc. VI, do Código de Processo Civil.

Argumentos do ente federativo: a) o art. 1º da Lei Municipal n. 4.352/19 estabelece valores mínimos para a cobrança judicial de seus créditos; b) a extinção gerará desequilíbrio financeiro e prejuízo ao serviço público; c) o piso estabelecido pelo CNJ ofende sua autonomia; d) houve afronta aos arts. 9º e 10 do Estatuto Processual Civil; e) não ficou inerte; f) prequestiona para viabilizar recursos futuros (fls. 88/99).

Sem contrarrazões, pois a ocupante do polo passivo não está representada nos autos (fls. 100).

Inexiste oposição ao julgamento virtual.

É o relatório.

Em 19 de dezembro de 2023, por votação unânime, o Supremo Tribunal Federal aprovou a seguinte tese de repercussão geral (Tema

1184):

"1. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado. 2. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida. 3. O trâmite de ações de execução fiscal não impede os entes federados de pedirem a suspensão do processo para a adoção das medidas previstas no item 2, devendo, nesse caso, o juiz ser comunicado do prazo para as providências cabíveis".

Mais tarde, julgando declaratórios opostos ao v. acórdão, a mais alta Corte brasileira decidiu: "O Tribunal, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, sem atribuição de efeitos infringentes, apenas para esclarecer que a tese de repercussão geral fixada na espécie aplica-se somente aos casos de execução fiscal de baixo valor, nos exatos limites do Tema 1.184, incidindo também sobre as execuções fiscais suspensas em razão do julgamento desse tema pelo Supremo Tribunal Federal" (Plenário Virtual de 12 a 19/04/2024, rel. Ministra CÁRMEN LÚCIA – *pus ênfase*).

Se a tese se aplica também a execuções suspensas, é evidente que, para o Pretório Excelso, não cabe distinção entre execuções aforadas **antes ou depois** do julgamento do Tema de repercussão geral. Sim, pois execuções que se achassem suspensas obviamente haviam sido ajuizadas **antes** do pronunciamento de 19 de dezembro de 2023 (como suspender um processo sequer inaugurado?).

Baixo valor, segundo o Conselho Nacional de Justiça, é aquele **inferior a R\$ 10.000,00** (art. 1º, § 1º, da Resolução n. 547/2024), importando nada eventual existência de lei municipal estabelecendo limite diverso.

Como à execução *sub judice* foi atribuído o valor de **R\$ 1.364,58** (fl. 1), por certo ela atende ao requisito valorativo.

À luz do art. 1º, § 1º, da mencionada Resolução, deverão ser extintas as execuções fiscais em que não haja movimentação útil há mais

de um ano: a) sem citação da parte executada; b) sem localização de bens penhoráveis, mesmo que exista citação.

Exame dos autos revela que: i) o processo teve início no dia 16/12/2016 (informação disponível no SAJ); ii) citação teve lugar em outubro de 2017 (fls. 32); iii) houve emprego inexitoso do *Sisbajud* nos meses de julho de 2018 e novembro de 2024 (fls. 46/47 e 80/81); iv) em janeiro de 2025, o credor requereu pesquisa via *Renajud* (fls. 83/84), pleito sequer apreciado; v) a execução foi extinta naquele mesmo mês (fls. 85).

Respeitado entendimento diverso, o quadro *supra* revela que este processo **não se enquadra** nas hipóteses ensejadoras de extinção.

Lição da 18ª Câmara:

"Apelação – Execução fiscal – Taxa Alvará e Taxa Funcionamento dos exercícios de 2018 e 2021, no valor total de R\$1.507,13, em 31/01/2023 – Município de Votorantim – Sentença extinguindo a ação, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, VI, do CPC, reconhecendo a falta de interesse de agir do exequente, aplicando o tema de repercussão geral nº 1.184, do E. STF, e os termos da Resolução nº 547/24, do CNJ– Insurgência da Municipalidade – Cabimento – **Execução fiscal que não preenche todos os requisitos previstos no art. 1º, § 1º, da Resolução nº 547/24, do CNJ, a impedir a extinção da ação** – Exequente que, após tentativa frustrada de citação dos executados, requereu pesquisa pelo sistema INFOJUD – **Pedido que sequer foi analisado** – Feito executivo de baixo valor que não está sem movimentação útil há mais de um ano – Sentença anulada – Recurso provido" (Apelação Cível n. 1500945-58.2023.8.26.0663, j. 02/09/2024, rel. Desembargador FERNANDO FIGUEIREDO BARTOLETTI - negritei).

Presente fundamento que leva ao êxito da pretensão recursal, não é preciso avançar sobre outros temas ventilados na apelação. Afinal, "o julgador não está obrigado a reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes, quando já tenha encontrado fundamento suficiente para sua conclusão, sendo desnecessária a citação, no acórdão, dos dispositivos legais invocados e tampouco responder um a um" (TJSP - Embargos de Declaração Cível n. 2232526-70.2021.8.26.0000/50001, 12ª Câmara de Direito Público, j. 15/06/2022, rel. Desembargador OSVALDO DE OLIVEIRA).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Em face do exposto, voto pelo **provimento** da apelação do Município, a fim de que a execução fiscal retome o seu curso.

BOTTO MUSCARI
Relator